



doi: 10.20396/rfe.v12i1.8660649

## Editorial

*Carolina Nozella Gama<sup>1</sup>*  
*Kátia Maria Silva de Melo<sup>2</sup>*  
*Mônica Patrícia da Silva Sales<sup>3</sup>*

Por ocasião dos oitenta anos do curso de Pedagogia no Brasil (1939-2019), a Revista Filosofia e Educação apresenta o número temático especial *Dossiê Pedagogia no Brasil: 80 anos*. O dossiê é lançado num cenário profundamente adverso, em que acumulamos perdas irreparáveis como as mais de 80 mil vidas ceifadas durante a pandemia da Covid-19, numa perspectiva de aumento desses números, haja vista a política genocida do atual governo brasileiro, inescrupulosamente comprometida com o desmonte do Estado, garantidor das políticas sociais, dos serviços e bens públicos.

Concomitantemente, avança a passos largos a reforma empresarial da educação que se expressa, no âmbito da formação de professores, na revogação arbitrária das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada (Resolução CNE/CP nº 2/2015), e a imposição das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação – Resolução CNE/CP nº 2/2019), bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Os retrocessos avançam em direção à reformulação do curso de Pedagogia, pois foi constituída uma Comissão Bicameral para a *Revisão das suas Diretrizes Curriculares Nacionais*, conforme Portaria CNE/CP nº 2/2020, de 14 de fevereiro de 2020.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2015). É professora do Setor de Didática do Centro de Educação na Universidade Federal de Alagoas.

<sup>2</sup> Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil (2010). Professora Associada da Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta AII da Universidade Federal de Alagoas.

Segundo aponta Helena de Freitas em seu *blog* Formação de Professores, tal revisão objetiva “transformar os cursos de Pedagogia em bacharelados, segregando-se a formação de professores para a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Médio modalidade Normal, e cursos de Educação Profissional nas áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. Na linha das demais reformas, essa proposição vem se dando de forma autoritária, desconsiderando as formulações das entidades acadêmicas e científicas do campo da formação de professores e apontando para a alteração da finalidade do curso de Pedagogia. A retomada da formação para o bacharelado configura um retrocesso à década de 1970 com a perspectiva da fragmentação da formação entre docência e especialidades, e o aprofundamento do caráter tecnocrático, de maior controle dos processos de formação de professores e do trabalho pedagógico.

Neste cenário de avanço da agenda dos reformadores empresariais da educação, a discussão sobre os oitenta anos do Curso de Pedagogia faz-se imperiosa para distinguir os projetos de formação de professores em disputa e fortalecer a necessária resistência. Nessa disputa, destacamos o protagonismo da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e sua relevante contribuição para a constituição de uma política de formação docente alicerçada num projeto emancipatório. Criada em 26 de julho de 1990, de acordo com a Assembleia do 5º Encontro da Conarcfe<sup>4</sup>, realizada em Belo Horizonte, “tem como finalidade fazer avançar o conhecimento no campo da formação e da valorização dos profissionais da educação” (Brzezinski, 2011, p. 59). Com essa finalidade, vem afirmando princípios alicerçados numa concepção sócio-histórica de educação, postulando a superação de processos formativos fragmentários, aligeirados e dicotômicos.

No âmbito das suas proposições, destaca-se a defesa de uma *Base Comum Nacional*, configurada num conjunto de princípios que devem nortear a organização dos currículos dos cursos de formação docente, quais

---

<sup>4</sup> Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador.

sejam: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade teoria-prática; trabalho coletivo e interdisciplinar como eixo norteador do trabalho docente; compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica; gestão democrática; incorporação da concepção de formação continuada; avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação (Brzezinski, 2011).

Retomando a história do curso de Pedagogia, é possível constatar a contribuição da Anfope no processo de reformulação dos cursos de formação docente. Nesse processo, o movimento de educadores mobilizou-se para superar a noção de currículo mínimo e propor a *Base Comum Nacional*, enquanto “um corpo de conhecimento fundamental” para nortear a organização dos currículos, respeitada a autonomia das IESs formadoras de professores, simbolizando a resistência às arbitrariedades do governo militar (Brzezinski, 2011). A defesa de uma *Base Comum Nacional* origina-se como uma “contraposição à concepção do pedagogo generalista ou com formação fragmentada em habilitações, que não contemplava como base de sua formação a preparação para a docência – o ser professor” (idem, p. 80). Busca-se, então, repensar a organização curricular dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas para uma superação do caráter fragmentário desses cursos.

A formação para a docência foi estabelecida nas Diretrizes para o curso de Pedagogia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, atualmente em vigor. Além dessas diretrizes, princípios formulados pela Anfope foram também incorporados à Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, que instituiu Diretrizes Curriculares para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. Essa resolução contempla também a valorização desses profissionais, pois no artigo 18 do Capítulo VII, “Dos profissionais do magistério e sua valorização”, afirma a responsabilidade dos sistemas de ensino pela garantia de políticas de valorização.

O debate acerca da formação de professores e do currículo dos cursos de Pedagogia vem sendo travado desde a década de 1970, quando,

impulsionadas pelas greves de 1979, que se alastravam no país, as associações docentes se organizaram e ganharam força. Uma das principais questões que preocupavam os educadores brasileiros envolvidos com a formação de profissionais da educação nessa época era a reformulação ou a extinção do curso de Pedagogia, ameaçado pelas Indicações nº 68/1975 e nº 70/1976 de Valnir Chagas, do Conselho Federal de Educação (CFE) (Brzezinski, 1996). Tais documentos compunham a proposta mais geral de reformas do ensino no país, tratando especialmente das reformas do ensino superior, com a entrada em vigor da lei da reforma universitária (Lei nº 5.540/68) (Saviani, 2008, p. 47).

Esse conjunto de reformas no âmbito educacional respondia ao ajuste do modelo ideológico (doutrina da interdependência) ao modelo econômico (projeto de industrialização, desnacionalização da economia), fortalecido pelo Golpe militar de 1964. A esse ajuste corresponde o avanço da pedagogia tecnicista, advinda da necessidade de desenvolvimento seguro e eficaz, pautada pelos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Esses princípios podem ser identificados nas Indicações nº 68/1975 e nº 70/1976 de Valnir Chagas, que de acordo com Brzezinski (1996) retomavam as proposições expostas por ele nos Pareceres 251/1962 e 252/1969. Tais pareceres instituíram mudanças estruturais no curso de Pedagogia, fragmentando a formação entre docência (o professor) e especialidades (orientador educacional, supervisor, administrador, inspetor, planejador escolar). Entendia-se que por esse caminho seria garantido o destino certo e específico do pedagogo no mercado de trabalho, assim como uma maior eficiência deste trabalhador; superando “[...] o caráter generalista do curso, que levava à definição irônica do pedagogo como ‘especialista em generalidades’ ou, jocosamente, como ‘especialista em coisa nenhuma’” (Saviani, 2008, p. 50).

Esses documentos questionavam a identidade da pedagogia, a falta de conteúdo próprio da área, chegando a sugerir a extinção do curso na Indicação nº 70/1976. O “resultado foi uma descaracterização e um esvaziamento ainda maior do curso”, com a dimensão educativa reduzida à

sua dimensão técnica. O objetivo era formar os especialistas em educação “por meio de algumas poucas regras compendiadas externamente e transmitidas mecanicamente, articuladas com o treinamento para a sua aplicação no âmbito de funcionamento das escolas” (Saviani, 2008, p. 50-51).

Brzezinski (1996) também demonstra que foi a partir da necessidade de responder aos ataques à formação em pedagogia que o Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador surgiu, constituindo-se numa primeira trincheira de resistência e combate à reestruturação universitária que fragmentava a formação de professores em “institutos específicos” e a Faculdade de Educação. Ressalta ainda que essa mobilização articulava-se a um conjunto de movimentos sociais suscitados pelas lutas políticas no período de enfrentamento à ditadura militar.

A análise da política de formação docente atualmente estabelecida no Brasil permite identificar na aprovação da Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, um significativo avanço conceitual e político, pois além de contemplar em seu texto a articulação entre formação inicial, formação continuada e valorização do magistério, estabelece uma concepção formativa norteada por uma *Base Comum Nacional*, pautada pelo entendimento de educação como um processo emancipatório e permanente. Assim, a resolução corrobora a defesa da formação docente ancorada num conjunto de princípios defendidos pela Anfope ao longo de sua trajetória. Discutindo a concepção de *Base Comum Nacional*, Dourado (2013, p. 377) adverte que ela “não é definição nacional de matriz curricular, ou de maneira ainda mais restrita, retomada de currículos mínimos ou dinâmicas similares”.

A partir da aprovação da Resolução nº 2, de 2015, foi estabelecido um prazo de dois anos para a reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura. Entretanto, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 determinou a mudança de rumo das políticas públicas e contribuiu para inviabilizar as diretrizes estabelecidas nessa resolução. Ocorrerá, então, um conjunto de retrocessos que ameaçam direitos conquistados pelos

trabalhadores e geram preocupações quanto aos rumos das políticas públicas. Concernente à política educacional, destacamos a aprovação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que modifica diversos artigos da LDB nº 9.394/1996, instituindo a denominada “Reforma do Ensino Médio”.

Nessa lei destacamos o artigo 7º, que altera o art. 62 da LDB, incluindo o § 8º: “os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular” (BNCC). A Lei 13.415, em seu artigo 11, estabelece o prazo de dois anos, contados da data de homologação da BNCC-Educação Básica, para que seja implementada a adequação curricular da formação docente.

Em 22 de dezembro de 2017, será publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que “institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica” (BNCC-Educação Básica). No seu artigo 17 é retomada a prescrição de que a formação docente deve adequar-se à BNCC: “Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC [...]”. No ano seguinte, será publicada a Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018, instituindo a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM), completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017.

Após a publicação da legislação referida, voltada principalmente para a reforma curricular da Educação Básica, será lançada a Resolução CNE/CP nº 2, de 2019, direcionada à formação de professores. Tal resolução “define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”. A partir dela é revogada a Resolução CNE/CP nº 2, de 2015.

A aprovação do conjunto de diretrizes que estabelece a BNCC como norteadora da formação na Educação Básica e nos cursos de licenciatura

configura um retrocesso no processo formativo, pois retoma a noção de desenvolvimento de competências e habilidades, da superada Resolução CNE/CP nº 1, de 2002. Tal resolução estabelece que a formação docente deve centrar-se no desenvolvimento de competências, conforme retomado atualmente na Resolução CNE/CP nº 2, de 2019, na qual será elencado um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas nos cursos de formação docente. Verifica-se, então, um retrocesso no processo de organização da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, tendo em vista que todo o processo de elaboração da Resolução CNE/CP nº 2, de julho de 2015, foi desconsiderado. Resolução essa que incorporou um acúmulo de discussões, pesquisas e sugestões de entidades acadêmicas e sindicais, e que apresenta uma concepção de formação coerente com uma formação consistente, articulada aos princípios historicamente defendidos pelo movimento dos educadores.

À vista disso, apresenta-se a necessidade de questionamento da proposta de padronização curricular estabelecida pela BNCC e pela BNC-Formação. Manifestando oposição às ações e às políticas que poderão advir da BNCC, a Anfope em seu XII Seminário Nacional, realizado em Salvador em 2019, coordenou a discussão sobre os desafios impostos pela atual política educacional e destacou a necessidade de resistência e de afirmação dos princípios formativos assentados numa concepção de educação emancipatória.

Nessa direção, a edição do volume 12, número 1, da revista selecionou 12 estudos para compor o dossiê temático *Pedagogia no Brasil 80 anos*; desses, sete são artigos dedicados à temática central, dois compõem a seção de artigos de fluxo contínuo. Os outros são: um ensaio, um relato de experiência e uma resenha de livro.

Os sete estudos focados na temática do Dossiê destacam: o processo de reestruturação curricular do curso de Pedagogia, as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica, as influências da Escola Nova, a constituição histórica do curso de Pedagogia e sua identidade profissional, a dimensão

formativa do estágio supervisionado, a formação do pedagogo, o campo de atuação profissional do pedagogo e a docência na educação infantil.

O primeiro artigo que compõe a seção de fluxo contínuo discute as principais concepções educativas presentes em diferentes períodos da história da humanidade, da Paideia à Pedagogia contemporânea; já o segundo aborda experiências de aprendizagem de alunos com deficiência visual em práticas textuais. O texto da seção ensaio problematiza o projeto educacional da modernidade e a contribuição da teoria do agir comunicativo para uma transformação educacional. O relato de experiência apresentado destaca as estratégias formativas para docentes de Filosofia no Ensino Médio, realizadas numa disciplina experimental. Por fim, a resenha do livro “Escola partida: ética e política na sala de aula”, de autoria do professor Ronai Rocha, encerra essa edição, abordando um dos temas mais polêmicos da educação brasileira nos últimos anos, o projeto “Escola sem partido”.

A temática sobre os oitenta anos da Pedagogia no Brasil é abordada em sete trabalhos. O primeiro deles, intitulado *Os Cursos de pedagogia públicos estaduais paulistas*, decorre de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, com o objetivo de compreender o processo de reestruturação curricular dos cursos de Pedagogia públicos estaduais de São Paulo, a partir das normativas do Conselho Estadual de Educação (CEE/SP). As análises indicam formas de organização do trabalho pedagógico e configurações curriculares diferenciadas, atendimento mínimo no que se refere às normativas exigidas, contudo, ressalvadas pela história e autonomia dos cursos, em processos de resistência.

O segundo artigo, intitulado *Pedagogia no Brasil e as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica*, discorre sobre os antecedentes históricos que culminaram na estrutura atual do curso de Pedagogia no Brasil, no bojo da constituição histórica das teorias pedagógicas. O texto evidencia a contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica como forma de resistência e de luta em relação aos processos que visam à superação da sociedade atual e em relação à formação inicial e continuada de professores que,

hegemonicamente, ancoram-se nas teorias pedagógicas contemporâneas ligadas ao neoliberalismo e ao pós-modernismo.

O terceiro artigo da seção, *As influências da Escola Nova na concepção de Manuais pedagógicos da área de linguagem*, discute o papel que a Escola Nova exerce na concepção de manuais de formação de professores para a área de linguagem, especificamente pela análise do manual “Metodologia da Linguagem”, de Orlando Leal Carneiro, publicado em 1959. Para tanto, inicialmente, procede a uma análise de postulados da psicologia experimental sintetizados por Jean Piaget. Em seguida, recupera o vínculo histórico da Escola Nova, no Brasil, com a psicologia experimental. Por fim, debruça-se sobre o manual, por meio de pesquisa documental e análise textual, buscando entender uma dimensão da história da formação docente no Brasil e seu vínculo com a Escola Nova.

Os três últimos artigos da seção temática guardam entre si similaridades, uma vez que discutem questões voltadas à constituição do curso de Pedagogia, os processos formativos, o campo de atuação e a identidade profissional do pedagogo. O quarto artigo, cujo título é *O Curso de pedagogia, sua constituição e os desafios para pensar sua identidade profissional*, traça o percurso histórico do curso de Pedagogia e seus desafios, problematizando a dimensão formativa do estágio supervisionado e da formação inicial no contexto do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). A pesquisa, de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico-documental, tem como aportes produções acadêmicas e documentos oficiais brasileiros. As análises evidenciam transformações no aparato normativo da formação e indicam que os programas em tela podem produzir um estreitamento curricular que se distancia da complexidade dos processos de formação e das vivências dos/as futuros/as professores/as.

O quinto artigo da seção, *A formação de professores/as e o estágio supervisionado no curso de Pedagogia*, busca compreender a formação do pedagogo, englobando aspectos que constituem conflitos, desafios e problemáticas. Os resultados indicam que é necessário recuperar o debate

que visa à formação do profissional pedagogo de maneira aprofundada em relação à competência técnica e ao compromisso político, considerando a identidade de classe daqueles que estão na escola pública. Os resultados revelam ainda que é fundamental formar o pedagogo em face dos desafios da realidade material da vida do trabalhador da educação nesta sociedade.

O sexto artigo, intitulado *Sobre a pedagogia em disputa: entre perspectivas e desafios no campo da educação*, propõe uma reflexão sobre a pedagogia, percebendo-a como um campo em disputas. Intenta pensar os desafios que emergem no campo da educação nos dias atuais, nutrindo-se de discussões acerca da instituição escolar e sua produção de subjetividades, assim como da emergência do campo da pedagogia como efeito da produção na modernidade de uma sociedade educativa. O artigo evidencia a reflexão teórica como importante ferramenta de articulação político-pedagógica que possibilita novas narrativas sobre o campo da educação.

O sétimo e último artigo da seção temática, *Docência para Educação Infantil na Pedagogia: mapeamento de produções*, focaliza a formação inicial, em especial a docência na Educação Infantil, analisando produções em periódicos dos estratos avaliativos A e B. No debate sobre o estatuto epistemológico da Pedagogia, defende o fortalecimento da Educação Infantil no curso, articulada às alterações legais da educação, e reafirma a atenção aos processos formativos, em especial a necessidade de estudos sobre políticas públicas em larga escala e atenção ao contexto do curso nos institutos federais.

Na seção de fluxo contínuo, o primeiro artigo, intitulado *Da Paideia na Antiguidade à Pedagogia na Contemporaneidade*, apresenta as principais concepções educativas presentes em diferentes períodos da história da humanidade, variando da Antiguidade Clássica, com o modelo da Paideia, aos dias atuais, em que a Pedagogia se apresenta como “ciência da educação”. Através de uma breve contextualização dos diferentes arranjos de sociedade de cada época, analisa as relações existentes entre estes e as características próprias de cada projeto de formação humana correspondente, levantando algumas reflexões sobre o estatuto da Pedagogia

como “ciência” e abordando os desafios que isso institui para a relação entre os sujeitos da escola e o processo de ensino-aprendizagem.

O artigo seguinte, intitulado *Gêneros textuais na esfera acadêmica: desafios e possibilidades na formação do aluno com cegueira*, apresenta experiências de aprendizagem de alunos com deficiência visual em práticas textuais formais próprias ao meio acadêmico. Os resultados do estudo permitiram constatar que a acessibilidade não é meramente uma condição prático-utilitarista a ser oferecida; quando ela é compreendida no bojo do trabalho educativo escolar, torna-se *práxis* por dar condições para elevar a consciência do homem social como transformador da realidade.

O ensaio intitulado *Do projeto educacional da modernidade à teoria do agir comunicativo: paradigmas, metarrelatos e pressupostos para uma transformação educacional*, enfoca a questão de paradigmas e metarrelatos na sociedade atual e como a virada linguística habermasiana pode auxiliar para um processo educativo inclusivo e comunicativo.

O Relato de Experiências, *Estratégias formativas para docentes de Filosofia no Ensino Médio*, discorre sobre uma experiência formativa no âmbito de uma disciplina experimental intitulada “Metodologia do ensino de Filosofia”. A disciplina levou a cabo uma experimentação já em curso como projeto de extensão, cujo foco era discutir a noção moderna de utopia com os estudantes de Ensino Médio do Distrito Federal.

A Resenha do livro “Escola partida: ética e política na sala de aula”, de autoria do professor Ronai Rocha, aborda um dos temas mais polêmicos da educação brasileira nos últimos anos, o “Projeto Escola sem partido” (ESP), proposição inicial no Brasil do procurador Miguel Nagib. Essa iniciativa tem servido de inspiração para diversos parlamentares proporem projetos de lei nos legislativos municipais, estaduais e federal, como também tem inspirado chefes do Poder Executivo nos mais variados níveis.

Esperamos com este volume avivar a discussão acerca da identidade do curso de Pedagogia, dos desafios do campo profissional e do exercício da profissão do pedagogo. Finalmente, destacamos a importância da discussão sobre a formação docente, numa conjuntura de graves retrocessos

enfrentados no campo das políticas públicas e, em especial, das políticas educacionais. Essa discussão exige afirmar princípios balizadores de um projeto de formação humana norteado pela construção de uma sociedade justa e igualitária, na qual a emancipação humana seja um horizonte possível.